



Documento Síntese



Garantir a Comida de Verdade no Campo e na Cidade

Direitos e Soberania



Objetivos 5ªCNSAN + 2

- Analisar a conjuntura em suas diferentes dimensões e seus reflexos na SSAN e no DHAA
 - SISAN – PNSAN - PLANSAN
- Analisar realização e violações do DHAA



Objetivos 5ªCNSAN + 2

- Mobilizar a sociedade civil e o governo para avançar nos desafios para garantir a Comida de Verdade no Campo e na Cidade e na implementação do Sisan e da PNSAN



Objetivos 5ªCNSAN + 2

- Fortalecer e estimular os estados e municípios no processo de adesão e implementação do Sisan;
- Monitoramento do 2º Plansan, identificar prioridades para sua revisão



Objetivos 5ªCNSAN + 2

- Contribuir com o processo de formação e atualização na agenda de SAN.



Documento Síntese 5ª CNSAN + 2

*Uma síntese dos debates feitos no âmbito dos Conseas
(nacional e estaduais) desde a 5ª CNSAN*

Subsídios:

- Relatório dos encontros estaduais (2.000 participantes)
- Priorizações da 5ª CNSAN
- Exposições de Motivos (EMs) e Recomendações (2016 – 2017)



Documento Síntese 5ª CNSAN + 2

EIXOS

- I. **CONJUNTURA:** Olhares desde os estados e do Consea
- II. **SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:** Aonde chegamos e por onde queremos seguir
- III. **PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:** desafios para a soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada
- IV. **AGENDA DE FUTURO:** temas, caminhos e parcerias



Legados do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN

- Inclusão da alimentação enquanto direito no artigo 6º da Constituição Federal
- Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (2011-2015) e (2016-2019)
- Consolidação do CONSEA e da CAISAN no âmbito federal
- Todos os estados e o Distrito Federal aderiram formalmente ao Sisan. 276 municípios também já o fizeram



Desafios do SISAN

- Financiamento do SISAN (repasso continuado de recursos da União aos demais entes federados e **cofinanciamento**)
- Sustentação política E efetivação da articulação intersetorial
 - Compreensão amplitude agenda SAN
 - Vários Conselhos e Câmaras estaduais ainda são muito frágeis
 - Apenas 13 estados publicaram planos estaduais
- Adesão dos municípios;



Algumas Propostas

- Sensibilização e formação agentes públicos
- Aprofundar a articulação com outros conselhos
- Ampliar a diversidade e representatividade da SC
- Implementar os fóruns bi e tripartite
- Ampliar a fortalecer o diálogo e parceria com o Legislativo e Ministério Público



DESAFIOS PARA A SOBERANIA ALIMENTAR E A GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



5ª CONFERÊNCIA+2

1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar

Conjuntura

- Ameaça aos direitos sociais básicos, dentre os quais DHAA: volta da fome e da pobreza
- Perda de direitos conquistados, e progressiva perda da capacidade do Estado de garantir proteção social (EC 95 – congelamento 20 anos)
- Fragilização da rede de equipamentos públicos de SAN (Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos)
- Alívio quanto à preservação do orçamento do Programa Bolsa Família e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)



Alerta!!!

- Cortes anuais progressivos sobre as políticas sociais por 20 anos (EC 95). Os mais vulneráveis são os que mais sofrem os impactos;
- Descontinuidade do apoio do MDS à construção e modernização de Restaurantes Populares, muitos sendo fechados por falta de capacidade de estados e municípios de mante-los.

Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (Cesta de Alimentos):

LOA 2014 - R\$ 82 milhões

LOA 2018 - R\$ 27,4 milhões



Algumas Propostas

- Criar mecanismos específicos que garantam a inclusão de grupos em situação de maior vulnerabilidade alimentar nos diferentes programas
- Ampliar e simplificar os mecanismos de transparência da aplicação de recursos públicos
- Manter um sistema de identificação continuada de grupos em situação de IA
- Manter o pleno funcionamento dos espaços de concertação do PNAE (GT indígenas e PCTs)



2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

conjuntura

- Ameaça aos marcos legais e retrocesso nos processos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas pelo Estado brasileiro
- Fragilização da FUNAI e da SEPPIR
- Significativa redução e até extinção de programas e ações orçamentárias destinadas às populações negras, indígenas e PCTs



2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Racismo institucional: Quando o Estado:

- i) Não efetiva as determinações legais e constitucionais de respeitar, proteger e garantir os direitos de determinados segmentos da população
- ii) torna-os invisíveis às políticas públicas de caráter universal
- iii) não cria mecanismos para diferenciar e permitir o acesso, garantir a cobertura e reconhecimento das especificidades



Alerta!!!

- Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI) não estão ativos
- O programa Bolsa Verde, que chegou a atender 50.000 famílias em 2016, encontra-se na prática extinto. Na LOA 2018 seu orçamento foi zerado
- Tramitação da PEC 215/2000: propõe transferir do Poder Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas
- Advocacia Geral da União (AGU) defendendo a aplicação da teoria do “marco temporal” para todas as Terras Indígenas, e poder judiciário anulando demarcação de terras indígenas



Algumas Propostas

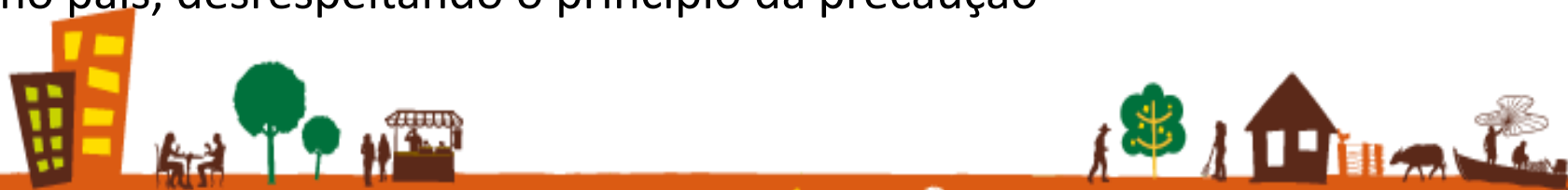
- Ampliação e fortalecimento dos bancos de sementes
- Retomar os planos nacionais voltados aos povos indígenas e PCTs
- Garantir assistência técnica especializada aos povos indígenas e PCTs
- Proteger e promover práticas e hábitos alimentares ancestrais povos de matriz africana e PCTs
- Manter políticas de igualdade racial e combate ao racismo institucional



3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Conjuntura

- Fragilização da institucionalidade das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, com drásticos cortes orçamentários e extinção do MDA
- Flexibilização da regularização fundiária e ameaça ao legado da reforma agrária, com mudanças significativas nos marcos legais referentes à regularização e à titulação de lotes na Amazônia e dos assentamentos rurais (Lei nº 13.465)
- Precarização da estrutura do Incra e significativa redução nas políticas de apoio aos assentamentos
- Flexibilização da legislação referente ao registro e a liberação de agrotóxicos no país, desrespeitando o princípio da precaução



Alerta!!!

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) ainda não nomeou novos conselheiros e foram interrompidas iniciativas que buscavam tornar o conselho mais transparente e participativo
- Tramitação no congresso de mais de 50 projetos de lei (“pacote do veneno”) que buscam facilitar e acelerar o registro e uso de agrotóxicos

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

LOA 2014 - R\$ 630 milhões (com baixa execução)

LOA 2018 - R\$ 185,4 milhões

Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos (ATES)

LOA 2014 - R\$ 357 milhões

LOA 2018 - R\$ 19,7 milhões

Organização Produtiva das Mulheres

LOA 2014 - R\$ 32,5 milhões

LOA 2018 - R\$ 3,6 milhões



Algumas Propostas

- Reinstituir o MDA e fortalecer a Conab e Anater
- Apoio estruturação agroindustrias familiares
- Estratégias de formação em agroecologia
- Marcos legais estaduais e municipais para a compra direta da agricultura familiar
- Controle uso agrotóxicos, proibição pulverização aérea, acabar com isenção fiscal, fortalecer o PARA



4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Conjuntura:

- Continuamos sem uma política nacional de abastecimento
- Fragilização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):
 - ✓ Progressivos cortes orçamentários
 - ✓ Mudanças em seu desenho e priorização de modalidades que reduzem o papel de cooperativas e associações
 - ✓ Criminalização das práticas e processos



Alerta!!!

Programa de Aquisição de Alimentos

LOA 2014 - R\$ 1,3 bilhão

PLOA 2018 - R\$ 177,6 milhões

LOA 2018 - R\$ 431 milhões



Algumas Propostas

- Instituir uma Política Nacional de Abastecimento
- Ampliar o PAA em especial as modalidades mais inclusivas
- Expansão feiras da AF e agroecológicas
- Garantir a ação adequada das vigilâncias locais na inspecção sanitária dos produtos da AF e economia solidária



5 – Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e medidas regulatórias.

6 - Controlar e Prevenir agravos decorrentes da má alimentação.

Conjuntura

- Aumento e agravamento da obesidade e de outras doenças relacionadas com a má alimentação
- Precarização do Sistema Único de Saúde (EC 95)
- Disputas com a indústria de alimentos e no âmbito da Anvisa quanto à regulação da publicidade de alimentos e a nova proposta de rotulagem nutricional que propõe a rotulagem frontal (advertências de alto conteúdo de sal, açúcares, e gorduras)



Alerta!!!!

- Publicação, sem a aprovação do Conselho Nacional de Saúde, da nova Política Nacional de Atenção Básica, a qual põe em risco a Estratégia Saúde da Família
- Proposição de Projetos de Lei de “erradicação da fome” (farinata SP), que desconsidera a LOSA e PNSAN e contrariam o princípio da alimentação adequada e saudável
- Tramitação no congresso de PL que pretende acabar com a obrigação de informar no rótulo do produto a existência de organismos geneticamente modificados (OGMs)



Algumas Propostas

- Ampliar a implementação das diretrizes do Guia Alimentar
- Garantir a aplicação e fiscalização da NBCAL
- Regulamentação da comercialização de alimentos na escola e entorno
- Ampliar as ações de EAN nos diferentes ambientes
- Ampliar as ações de SAN na atenção básica de saúde
- Revisão da rotulagem nutricional de alimentos



7 – Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

Conjuntura

- Aumento da seca no semiárido brasileiro
- Crise hídrica nos grandes centros urbanos
- Fragilização do programa Cisternas
- Aceleração do processo de privatização e controle das águas por grandes empresas nacionais e multinacionais, seja pela privatização de empresas estatais ou ainda pela entrega de fontes de água mineral a empresas privadas, nacionais e multinacionais



Alerta!!!!

Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural (Cisternas)

LOA 2014 - R\$ 643 milhões

LOA 2018 - R\$ 40,8 milhões

No ano de 2017 apenas 20% do orçamento previsto foi executado.



5ª CONFERÊNCIA+2

Algumas Propostas

- Água como bem comum e direito humano
- Ampliar o acesso às tecnologias sociais de acesso à água
- Ampliação e aplicação dos recursos para saneamento
- Implementação do Programa de Revitalização de Bacias



9 – Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional

Conjuntura

- Declínio da cooperação sul-sul e humanitária para a segurança alimentar e nutricional, com significativos cortes orçamentários
- Extinção da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), no Ministério das Relações Exteriores e fim do PAA África
- Crescente protagonismo das corporações e o “sequestro de agendas” nos espaços de participação e governança global da segurança alimentar e nutricional, para que respondam a seus interesses de negócios



Alerta!!!!

- O número de representantes do setor privado no Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CSA) saltou de 30 em 2010, para aproximadamente 150 em 2016. Atuação deste setor busca ampliar mercados de terras, transgênicos e sementes, em especial no continente africano, e desenvolver a demanda por produtos biofortificados e oportunidades de negócios relacionados a ações de alimentação e nutrição

Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil

LOA 2014 - R\$ 38,4 milhões

LOA 2018 - R\$ 6,3 milhões



5ª CONFERÊNCIA+2

Algumas Propostas

- Desenvolver uma estratégia brasileira de cooperação sul-sul em soberania e SAN, construída a partir dos princípios da soberania alimentar e do DHAA e demais preceitos que orientam a PNSAN;
- Ampliar a atuação qualificada da SC nas iniciativas e espaços internacionais e de governança global de SAN
- Participar ativamente das articulações internacionais no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e no âmbito da América Latina e Caribe (Celac)
- Ratificar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), para garantir a implementação de mecanismos de exigibilidade do DHAA;



Agenda de Futuro

Temas

Parceiros

Caminhos



5ª CONFERÊNCIA+2

Agenda de Futuro

- Juventude rural e urbana
- Mulheres
- Racismo institucional
- Migrantes e refugiados
- População de rua
- Economia solidária



Agenda de Futuro

- Monitoramento das violações e exigibilidade
- Formação
- Currículos escolares;
- SISAN - Conflitos de interesse e a participação das instituições com fins lucrativos;



Agenda de Futuro

- Sisan - Relação com demais sistemas de políticas públicas
- Comunicação e uso de novas mídias para a mobilização e participação social;
- Agricultura urbana
- SAN e SIsAN nas grandes e mega cidades



Agenda de Futuro

- Equipamentos públicos de SAN
- Perdas e desperdícios de alimentos;
- Sustentabilidade e meio ambiente
- Normas sanitárias para a produção de alimentos em pequena escala;



Agenda de Futuro

- Necessidades alimentares especiais
- Patrimônio alimentar
- Sistemas alimentares saudáveis.



